

PROJETO ACORDE: DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO RACIAL

Gleise Prado da Rocha Passos⁽¹⁾, Joelson Santos Nascimento⁽²⁾, Marco Arlindo Amorim Melo Nery⁽³⁾,
Manoela Messias Rodrigues Santos⁽⁴⁾, Larissa Michelle Santos Melo⁽⁵⁾.

⁽¹⁾Doutora em Ciências Sociais, Docente do Instituto Federal de Sergipe, gleise.passos@ifs.edu.br; ⁽²⁾Doutorando em Filosofia, Docente do Instituto Federal de Sergipe, joelson.nascimento@ifs.edu.br; ⁽³⁾Doutor em Educação, Docente do Instituto Federal de Sergipe, marco.arlindo@ifs.edu.br; ⁽⁴⁾Mestre em Sociologia, Docente do Instituto Federal de Sergipe, manael.rodrigues@ifs.edu.br; ⁽⁵⁾Especialização em Análises Clínicas e Biologia Forense, Discente do Instituto Federal de Sergipe, larissa_msmelo@hotmail.com.

Resumo: Apesar de a população negra ser maioria no Brasil, ela ainda é vítima de preconceito e racismo. Desse modo, não obstante o contexto democrático coloque todos numa condição de igualdade jurídica, a constatação da permanência de práticas racistas no país questiona qualquer discurso de que vivemos em uma democracia racial. A escola, como parte integrante dessa sociedade, deve estar comprometida com a mudança desse quadro e desenvolver ações que fomentem o respeito à diversidade. Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva apresentar e discutir os resultados de um projeto de extensão desenvolvido com alunos do nono ano do Ensino Fundamental de três escolas municipais da cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe, cujo objetivo foi promover o respeito à diferença e a valorização da cultura afro-brasileira através de oficinas interativas transdisciplinares. A prática possibilitou não apenas repensar as representações culturais do negro, mas também gerar ações educativas que promovam o enfrentamento ao preconceito racial e o respeito à pessoa humana.

Palavras-Chave: Preconceito. Racismo. Educação. Relações étnico-raciais.

Abstract: Although most of the population of Brazil is black, they are still victim of prejudice and racism. Thus, even though the democratic context puts everybody in the condition of equality before the law, the remaining racist practices in this country question any speech that claims that we live in a racial democracy. The school, as integral part of the society, must be committed to changing this

scenario and come up with solutions to stimulate respect for diversity. Within this perspective, this article wants to present and discuss the results of an extension project developed with the students of the ninth grade from three municipal high schools in São Cristóvão, Sergipe, to promote respect for diversity and valorize the afro-brazilian culture through interactive transdisciplinary clinics. The practice allowed not only to rethink the cultural representations of the black people, but also generate educative actions to fight racial prejudice and promote respect for the human being.

Keywords: Prejudice. Racism. Education. Ethnic-racial relationships.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, não obstante seja de maioria negra, convive cotidianamente com práticas discriminatórias em relação a essa parcela majoritária da população e aos elementos da cultura africana. Tais atitudes são reforçadas por representações preconceituosas quanto às pessoas negras. Nesse sentido, a vitimização negra – que atinge especialmente a juventude brasileira – tem se manifestado tanto por representações sociais inferiorizantes quanto por atos radicais de violência, como é o caso dos homicídios.

Desse modo, nota-se que apesar de a população negra (pardos e pretos) ser maioria no Brasil, compondo 50,7% dos residentes do país (IBGE, 2010), o cotidiano da vida dos brasileiros está recheado de situações nas quais os negros so-

frem atitudes discriminatórias (SANTOS, 1991).

Na cultura ocidental, a identificação negativa com a pele escura tem relação com a dicotomia produzida nessa cultura entre a cor branca, que representa o bem, a beleza e a pureza, e a cor preta, que representa o mal e a morte. Na sociedade brasileira, além de ser presente essa dicotomia da cultura ocidental, a cor da pele negra se tornou um distintivo social inferiorizante por estar historicamente associada à instituição da escravidão no país (SILVA e SILVA, 2009).

Passados cem anos após a abolição da escravidão, o imaginário social brasileiro continua carregado de representações sociais pejorativas sobre as pessoas de pele negra, a exemplo de expressões como: “Isso é serviço de preto”, “preto quando não suja na entrada, suja na saída”, “a coisa tá preta”. Tais expressões revelam o preconceito racial sobre o qual nossa sociedade se estruturou, eivada de intolerância e práticas discriminatórias contra uma parcela da população que é maioria no Brasil.

Desse modo, vemos que não obstante o contexto democrático coloque todos numa condição de igualdade jurídica, a constatação de que práticas racistas ainda operam no país põe em xeque qualquer discurso de que vivemos em uma democracia racial.

A escola, como parte integrante dessa sociedade preconceituosa e discriminadora, deve estar comprometida com essa necessidade de mudança e de desenvolver ações que reconheçam e respeitem a diferença: “professor e alunos devem organizar-se em comunidades de aprendizagem, onde cada um chegue com seus saberes e juntos vão construir novos conhecimentos num processo de trocas constantes, desmistificando situações de racismo, preconceito e discriminação arraigados nos grupos sociais e nas pessoas individualmente” (LOPES, 2005, p.189).

O próprio Ministério da Educação tem orientado às escolas a promoverem ações em

vista da construção de uma “pedagogia antirracista”, com “o propósito de instaurar na escola, ambiente propício ao respeito às diferenças e à valorização da diversidade, a história e a cultura negras com a dignidade que lhes é devida” (BRASIL, 2006, p.56).

Estudos recentes sobre violência no Brasil mostram que, no caso do nosso país, a violência mais radical (que é o caso do homicídio) está intimamente relacionada à cor/raça e tem afetado significativamente nossa juventude: em termos de homicídios, quem mais mata e quem mais morre no Brasil são os jovens. E, no caso das vítimas juvenis, a maioria continua sendo de negros.

O “Mapa da Violência 2011- Os Jovens do Brasil” aponta que no país a taxa de homicídios na população de 15 a 24 anos foi de 41,7 em 1998 e passou para 52,9 em 2008. No caso de Sergipe, a taxa de homicídios juvenis passou de 14,9 em 1988 para 47,2 em 2008 (elevação de 216,9%), fazendo o estado passar de 23º. colocado no ranking de homicídios juvenis em 1998 para 13º. em 2008 (WASELFISZ, 2011).

O “Mapa da Violência 2012 - A cor dos homicídios no Brasil”, por sua vez, mostra que desde 2002 (quando mais de 90% das vítimas passaram a ter identificação de raça/cor) a tendência geral é de queda do número absoluto de homicídios na população branca e aumento nos números da população negra. Os homicídios de negros tiveram um forte incremento: passaram de 26.952 em 2002 para 34.983, em 2010, um aumento de 29,8%. Morrem duas vezes e meia mais jovens negros que brancos no Brasil. Em Sergipe passou-se de 380 homicídios de negros em 2002 para 582 em 2010, um crescimento de 53,2%. No caso da vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 71,7% no ano de 2010 pulou para 153,9%. O estudo concluiu também que “os níveis atuais de vitimização negra já são intoleráveis, mas se nada for feito de forma imediata e drástica, a vitimização negra no país poderá che-

gar a patamares inadmissíveis pela humanidade” (WAISELFISZ, 2012, p.14).

O preconceito contra o negro não é recente, e também esteve respaldado por muito tempo em teses científicas. Após a proclamação da república em 1889, sob a égide do racismo científico, diferentes pensadores desenvolvem fórmulas variadas para “embranquecer” a população brasileira, apoiados na convicção dominante de que somente uma população de brancos poderia constituir uma nação progressista.

Esse quadro só se alteraria nos anos 30, com a inflexão proporcionada pelo discurso da mestiçagem, onde uma interpretação culturalista colocou a miscigenação como nosso maior símbolo enquanto nação. A cultura mestiça despontava nas teorias da época e na representação oficial de nação. Exemplo disso é a obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, de 1933, que apresenta uma visão otimista da convivência entre as raças branca, indígena e negra, trazendo como novidade a ideia de que o cruzamento de raças era um fato singular da nação brasileira.

Contudo, a partir dos anos 60 ganham força as críticas ao elogio da mestiçagem e à ideia de que vivemos em uma democracia racial, por entender que essas interpretações ofuscavam desigualdades históricas que limitaram as possibilidades de expressão das diferenças de etnias, de gênero, dentre outras. Boa parte dessas críticas foi influenciada pelo movimento *Black is beautiful* vindo dos EUA e que no Brasil contribuiu para a construção de um discurso afirmativo e de valorização de padrões estéticos negros (COSTA, 2005).

Diante desse contexto, a abordagem do tema preconceito racial possui grande relevância social, uma vez que “a desconstrução do racismo e a promoção da igualdade racial continuam a desafiar a democracia brasileira” (IPEA, 2015, p.314).

Nessa perspectiva, as práticas educativas desenvolvidas no âmbito escolar têm um grande potencial de modificação dessa realidade, visto que a escola é um lócus privilegiado de reflexão e construção de saberes e práticas. Mas o que tem se visto é certo silenciamento em relação à questão racial na escola. Assim, “considerando a complexidade que envolve as relações raciais no Brasil, a discussão é o caminho mais promissor para sua problematização, identificação dos problemas e proposição de possíveis soluções” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006, p.167).

Portanto, enquanto espaço plural e dialógico é fundamental que a escola proporcione concepções e práticas que contribuam para o reconhecimento e respeito às diferenças e que todos os que fazem parte da comunidade escolar se comprometam com o estabelecimento de uma educação que promova e respeite a diversidade étnica.

A escola pode contribuir para que professores e alunos compreendam a diversidade socio-cultural como a sociedade que somos, diversa e plural. Partindo desse pressuposto, foi desenvolvido em 2017 um projeto de extensão com alunos do nono ano do Ensino Fundamental de três escolas municipais da cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe. Trata-se do “Projeto Acorde: cantando contra o preconceito racial” cujo objetivo principal foi promover o respeito à diferença e a valorização da cultura afro-brasileira através de oficinas pedagógicas⁶.

Especificamente, o projeto teve como objetivos: traçar o perfil étnico dos estudantes participantes; conhecer as representações sociais dos alunos envolvidos no projeto sobre a questão racial; fomentar a reflexão sobre o negro e o preconceito racial na sociedade brasileira e colaborar com o desenvolvimento sociocultural do alunado no tocante ao respeito à alteridade.

⁶ Este projeto foi financiado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe através do Edital nº 27/2016/PROPEX/IFS.

O Projeto Acorde e seus objetivos

O “Projeto Acorde”⁷ foi desenvolvido em três escolas da rede municipal de São Cristóvão-SE: EMEF Gina Franco, EMEF São Cristóvão e EMEF Araceles Rodrigues e envolveu os estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. Os participantes tinham, em média, 14 anos, sendo 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino e que se auto declararam, em sua maioria, pardos (30%) e negros (28%)⁸.

As atividades propostas buscaram problematizar a visão construída pela sociedade sobre o negro através de alguns produtos culturais: música, literatura, arte, esporte, estética; articulando os com áreas de conhecimento como a Sociologia, a Filosofia e a História que se tornaram importantes operadores de leitura dessa produção cultural de modo a questionar as formas de preconceito e de perceber as estratégias de luta e resistência.

Inicialmente, aplicou-se um questionário⁹ semiestruturado que permitiu não só construir um perfil do grupo, mas também perceber as representações sobre racismo, preconceito e discriminação que os estudantes possuíam e como isso era percebido na escola.

No segundo momento, desenvolveram-se sete oficinas interativas e transdisciplinares nas três escolas com temáticas que possibilitaram refletir sobre essas representações de como esses aspectos se materializam no contexto social. Por serem transdisciplinares, as oficinas organizaram-se sempre a partir de um eixo condutor por meio do qual se mobilizaram conhecimentos e

linguagens necessários para seu desenvolvimento. Os eixos temáticos foram: etiquetas do negro¹⁰, preconceito no esporte, violência contra negros, o negro na literatura, identidade e estética negra, capoeira como a luta do negro, Axé-music como uma música de resistência. As oficinas aconteceram mensalmente no período de maio a novembro de 2017 e concluíram com a culminância em janeiro de 2018.

Ao final aplicou-se um novo questionário¹¹ para se perceber os impactos e as mudanças nas representações étnico-raciais dos estudantes pós-oficinas.

O que eu sei sobre preconceito racial?

A discussão sobre a condição de humanidade é um ponto importante para alcançar a compreensão que os alunos têm acerca do racismo nas relações com os colegas e seus discursos para refutá-la. “Nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas: negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, de nossa posição no mundo, da nossa humanidade” (CAVALLEIRO, 2001, p.7).

A maior parte dos alunos relacionou o preconceito ao desrespeito ao outro em relação às suas características físicas, opções sexuais, condições socioeconômicas, dentre outros, além de percebê-lo como uma rejeição, isto é, como forma de excluir a pessoa: “faltar com respeito ao próximo (Aluno 1), “quando um indivíduo não aceita que nem todas as pessoas por si só tem suas particularidades física e mental e desrespeita o outro

⁷ Vale ressaltar que a palavra “acorde” foi pensada tanto no sentido de um conjunto harmonioso de diferentes notas, uma vez que o projeto utilizava a música com um dos principais instrumentos pedagógicos, quanto na perspectiva de “despertar” o público-alvo para a reprodução do preconceito racial.

⁸ Responderam ao questionário 43 alunos.

⁹ Registre-se que todos os questionários respondidos foram autorizados por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, foi feita uma classificação numérica para os entrevistados. Tal classificação foi alterada no questionário pós-oficina.

¹⁰ Faziam referência aos apelidos utilizados para negros.

¹¹ Responderam ao questionário 15 alunos. O baixo número em relação aos que responderam ao primeiro questionário se explica pelo fato de ter sido aplicado em fim de ano letivo quando muitos não frequentavam mais a escola por já terem sido aprovados.

agredindo verbalmente ou fisicamente (Aluno 13), “é discriminar uma pessoa por ela ser de uma determinada cor ou raça. É julgar alguém” (Aluno 14) “é desrespeitar uma pessoa, tratá-la com diferença por causa do que ela é, sendo negra, branca, homossexual e etc. É não ter consciência do valor que essas pessoas têm” (Aluno 39).

Os entrevistados compreendem que existe um tipo de preconceito que ocorre especificamente por causa da cor da pele de alguém (e, principalmente, se for a pele negra) e que, nesse caso, tal preconceito se manifesta através de agressões verbais (piadas, apelidos, insultos etc.) e físicas: “só porque a pessoa tem a pele escura, outra fica chamando de preto” (Aluno 21); “quando a pessoa ofende, machuca fisicamente, psicologicamente apenas pela cor da outra. Às vezes a pessoa nem conhece a outra, mas por ser negra ou morena já começa a maltratá-la, como se tivesse direito a isso” (aluno 40).

Conseqüentemente, eles percebem que há diferença no tratamento entre pessoas negras e brancas na nossa sociedade, por exemplo, no mercado de trabalho ou nas redes sociais “Muitas vezes em empresas é optado por a contratação de um branco do que um negro, mesmo o negro sendo mais capacitado para o cargo.” (Aluno 23), “hoje em dia as pessoas agredem umas às outras nas redes sociais, apenas pela cor da pele ou raça, sem conhecê-las” (Aluno 42).

Quando perguntados sobre a vivência do preconceito, 37% declararam ter sofrido preconceito e destes 16% afirmaram que isso se deveu à cor da sua pele.

Quando questionados sobre o que fariam se vissem uma pessoa sofrendo Preconceito Racial (agressões verbais ou físicas), a grande maioria (88%) respondeu que “defenderia a pessoa alvo do preconceito”; o que demonstra que os alunos pesquisados estão preocupados em não se omitir diante da violência causada pelo preconceito racial. No caso de eles mesmos serem as vítimas, a

maioria também não demonstra passividade diante da questão: 72% procurariam seus direitos perante a Lei.

No tocante ao ambiente escolar, os alunos presenciam o preconceito racial mais na dimensão verbal (piadas) do que física (agressões), embora deva ser considerado o percentual de 12% que relatou ver às vezes alguém na escola ser alvo de agressão física por causa da cor da pele.

A maioria dos alunos nunca participou de algum debate sobre preconceito racial em toda a sua vida escolar. Dos poucos que tiveram a experiência, isso ocorreu em aulas de História, predominantemente ou em pouquíssimos casos pela celebração do Dia da Consciência Negra.

As oficinas: desconstruindo pré-conceitos

As oficinas partiram da premissa de que a escola constrói conhecimento ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta, tendo a responsabilidade de criar ações educativas que levem à formação ética e moral para a construção de valores que respeitem a pessoa humana em todas as suas dimensões. É, pois, nesse espaço de convivência coletiva que se dão os primeiros passos para o exercício da cidadania.

Assim, problematizar o preconceito racial é criar ações que revelem como, ao longo do tempo, vários discursos foram criando e reforçando conceitos e preconceitos. Nesse sentido, na **Oficina “Etiqueta de negro”** discutiu-se não somente os aspectos conceituais que envolvem as noções de preconceito, discriminação e racismo, mas também como a cultura edificou uma série de vocábulos que se materializaram em formas de apelidos, xingamentos, rótulos usados para diminuir, discriminar e ofender o outro. Para tanto, refletiu-se como as palavras “mulato”, “sarára” e “crioulo” foram criadas e os significados que adquiriram e que ainda se fazem presentes no imaginário coletivo. O lema da oficina foi: “rótulos foram feitos para produtos, não para pessoas”.

Figura 1 - Oficina “Etiquetas de Negro” (EMEF São Cristóvão).

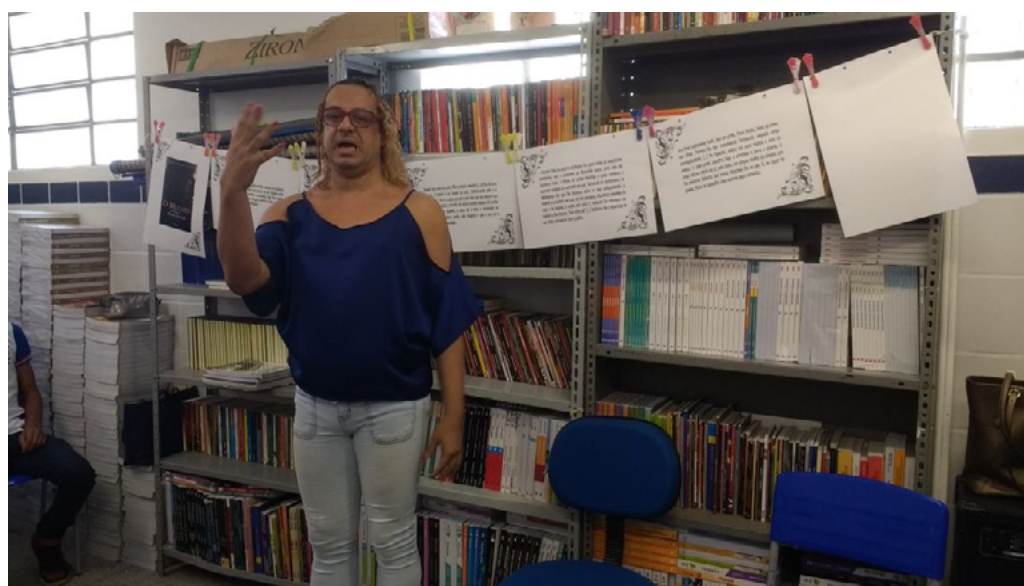


Fonte: Projeto de Extensão (2017)

Ainda pensando como a cultura constrói textualizações por meio das quais dá vida ao outro e os discursos que justificam tal visão, na oficina trabalhou-se no varal de leitura o romance “O Mulato” de Aluisio Azevedo, mostrando como a visão positivista do naturalismo do século XIX edifica uma visão de negro como patologia social

ao mesmo tempo em que consolidava a visão preconceituosa da sociedade da época. Na contramão, a análise das canções “Sarárá Miolo” e “Olhos coloridos” de Macau demonstram como o discurso também pode ser usado para problematizar a condição do negro na sociedade e tornar-se um ato de resistência.

Figura 2 - Oficina “Etiquetas de Negro” (EMEF São Cristóvão).



Fonte: Projeto de Extensão (2017)

Nesta perspectiva, cada oficina buscou refletir sobre um aspecto dessa trajetória em que os discursos ora reforçam estratégias discriminatórias, ora as desconstroem. Como se pôde observar na **Oficina “Preconceito no esporte”** foi discutido o preconceito no mundo dos esportes e como, mesmo hoje, atletas sofrem discriminação e ações

de ódio em virtude da cor de sua pele. Ou ainda quando se pensa a capoeira e como ela, ao aglutinar os aspectos de dança e luta, emerge como um traço de identidade, reforçando um sentimento de pertencimento a um grupo, a uma história e a uma luta contínua contra o preconceito e o racismo que ainda persiste em nossa sociedade. Foi o caso da **Oficina “Capoeira: a luta do negro”**.

Figura 3 - Oficina de “Capoeira” (EMEF São Cristóvão).



Fonte: Projeto de Extensão (2017)

Além disso, na Oficina “Violência contra o negro”, os alunos puderam perceber como o preconceito racial pode desencadear formas extremas de violência, como é o caso do homicídio. Foram apresentados os índices alarmantes de homicídios no país, em geral, e no estado de Sergipe, especificamente, com destaque para os dados referentes à juventude negra, que é a parcela da população mais afetada por esse tipo de violência.

Em “O negro na literatura” se discutiu mais profundamente como o negro sempre esteve presente nos textos literários ora como objeto de representação (nesse caso, era o olhar do outro que reforçava os estereótipos e a visão preconceituosa da sociedade), ora como sujeito (isto é, uma voz autoral que escreve a partir de

uma subjetividade que se identifica como cidadão negro). A literatura torna-se, nesse momento, afirmação identitária e lugar de resistência.

A literatura negra tem características específicas. Eduardo Duarte (2008), apud Cavalcante (2017) apresenta alguns critérios definidores deste tipo de literatura.

São eles: a) a temática: o afrodescendente, bem como sua experiência individual e coletiva são temas pertinentes; b) a autoria, uma escrita afro identificada; c) o ponto de vista: nesse critério, cabe ressaltar que não basta somente a inclusão da temática e a autoria. Faz-se necessário a adesão de uma perspectiva identificada às tradições, à história e aos problemas [...] (CAVALCANTE, 2017, p.89).

Nessa oficina, em grupos, os participantes leram e discutiram contos da literatura brasileira que traziam tanto esse negro/objeto quanto o

negro/sujeito. A partir da discussão, produziram cartazes que sintetizavam as conclusões a que o grupo chegou.

Figura 4 - Oficina “O negro na literatura” (EMEF Araceles): ilustração de contos..



Fonte: Projeto de Extensão (2017)

De maneira geral, demonstrou-se que é preciso ver a literatura negra ou afro-brasileira como um projeto de expressão amplo, múltiplo, que transforma e se constitui a partir de fragmentos de afirmações, de resistências e de ressignificações, que transita ao mesmo tempo dentro e fora da literatura, ora desconstruindo, ora suplementando e redirecionando os discursos.

Em “**Identidade e estética negra**”, por sua vez, discutiu-se como os elementos estéticos emergem como importantes ferramentas na construção da identidade. Considerando que o “negro não é uma categoria de essência” (HALL, 2003, p.346), mas apresenta-se como conferindo sentido e significado aos indivíduos nas sociedades. Se “a identidade, então, costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2003, p.12), e se não se fixa em uma natureza essencial, ela deve ser entendida como construída a partir da recorrência a elementos simbólicos, sociais e políticos.

Assim, o cabelo, os traços faciais e as

formas de vestir-se se tornaram aspectos de valorização e de identificação do Ser a partir do reconhecimento de si e do outro. E, nesta perspectiva torna-se também um ato político.

Além das reflexões, os participantes ainda vivenciaram uma oficina de turbante, na qual não só aprenderam a fazer e a usar, mas também compreenderam seus sentidos no interior das identidades.

Outro elemento importante na construção da identidade negra foi a música por meio da qual se trabalha não só o sentimento de pertencimento e distinção, mas também a construção de uma narrativa da nação, de uma espécie de memória coletiva que os une como povo, como cultura, como sujeitos diaspóricos, unidos por uma ancestralidade comum. Eis o mote da **Oficina “Axé-music: com uma canção também se luta”**.

A ênfase no *Axé-music* deu-se porque, ao ter como base o samba-reggae, suas letras refletem a necessidade de afirmar a expressividade da cultura negra. As composições popularizam

termos de origem africana utilizados nos rituais religiosos e se impõem como um ato político. Pessoa de Castro (2005) afirma que o português popular da Bahia apresenta forte influência de línguas africanas, em vários âmbitos culturais como, por exemplo, na religião e na música: “A palavra axé, como vimos, atravessou os limites dos terreiros, para ser popularizada como saudação votiva, equivalente a amém, “boa sorte”, e, por fim, denominar um estilo de música recriada na Bahia, a *Axé-music*” (p.121).

O samba, de raiz africana, foi trazido de volta à música e mesclado ao reggae latino e aos instrumentos musicais utilizados nos rituais de candomblé – objetos sagrados, como o agogô e o atabaque, utilizados nos terreiros para convocar os orixás.

O candomblé oferece ao samba-reggae, além dos instrumentos musicais, o caráter de negritude e a preocupação com as raízes negras (PORTUGAL, 2017). Este ritmo tem como precursores os blocos afro Ilê Aiyê e Malê Debalê - que são blocos de dimensão política, uma vez que fazem parte de movimentos negros – e ganhou projeção nacional na década de 1980 com o trabalho da Banda Reflexus.

Além dos instrumentos musicais característicos do candomblé, a música afro-baiana passou a incorporar instrumentos eletrônicos, como estratégia para ganhar mais espaço na mídia. Acomodando novos sons, o samba-reggae se renova esteticamente proporcionando a grupos como Olodum e AraKetu, uma maior repercussão nacional, porém, outros grupos, como o Ilê Aiyê, Male Debalê, são mais conservadores e não se filiaram a essa renovação.

O samba-reggae é um dos estilos musicais mais difundidos no Brasil, ganhando notoriedade na década de 1990, com as cantoras Margareth Menezes e Daniela Mercury, com as composições de Carlinhos Brow, Gerônimo, Jorge Zarath, entre outros.

Com base nessa discussão, os participantes fizeram uma análise das canções: Serpente Negra, da Banda Reflexus e Dandaluna de Carlinhos Brow, interpretada por Margareth Menezes, observando na prática a construção dessa memória coletiva que serve tanto para a construção da narrativa da nação e, portanto, da ideia de comunidade; quanto da consolidação do ideal de resistência e de luta contra o preconceito e a discriminação.

Ao final da apresentação, foi feita uma dinâmica com os alunos, na qual receberam os símbolos da banda baiana Timbalada, pintados nos braços e mãos com tinta branca, simbolizando o *Axé Music*.

Figura 5 - Oficina “Axé-music” (EMEF Gina Franco): pintura com símbolos da banda Timbalada.



Fonte: Projeto de Extensão (2017)

Devido ao período do encerramento letivo das escolas envolvidas no projeto, o evento de culminância ocorreu em janeiro de 2018. Na ocasião, houve a exibição de uma versão pre-

liminar do documentário do projeto (com depoimentos dos envolvidos e exibição de fotos), apresentações artísticas de grupos locais ligados à cultura afro-brasileira, além de oficinas de pintura, turbantes e a exposição dos cartazes produzidos na oficina de literatura.

O que eu aprendi? Considerações pós-oficinas.

A partir dos questionários aplicados no final do projeto foi possível compreender o que os estudantes aprenderam com as atividades realizadas. Nesse aspecto, o respeito ao outro se destacou na maioria das respostas como o principal aprendizado: “Eu aprendi que devemos respeitar as outras do jeito que elas são” (Aluno 1), “Aprendi muitas coisas, como: ter respeito, carinho, ser bom” (Aluno 4), “Aprendi que rótulos são para produtos e não para pessoas (Aluno 6), “Aprendi que não é só pela cor que define uma pessoa (Aluno 8), Eu aprendi que devemos respeitar uns aos outros (Aluno 10), “Aprendi que devemos respeitar uns aos outros, independente de quem seja (Aluno 12).

CONCLUSÕES

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação na escola deve levar em conta diferentes formas de valorização da pessoa, povos e nações. Valorização esta que se alcança quando descobrimos que as pessoas são iguais e devem ter direito aos bens e serviços sociais.

De modo geral, a grande contribuição do projeto foi promover a desnaturalização de representações sociais preconceituosas em relação ao negro e o consequente fomento de valores associados ao respeito à população negra (sua história, sua identidade, sua estética, sua cultura).

Isso sem falar na promoção de uma cultura de paz dentro das escolas que foram alvo do projeto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (Coords). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: 2006.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando a nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COSTA, Sérgio. Política, Esfera Pública e Novas Etnicidades. **Revista Internacional e Interdisciplinar Interthesis**, vol.2, nº 1,2005.

CAVALCANTE, Francys Carla Arraiz Lindoso. “Literatura afro-brasileira: um processo de afirmação identitária e de resistência negra na poesia de Cuti”. **Revista Opiniões: Revista dos alunos de Literatura Brasileira**. n.10. São Paulo: FFLCH:USP, 2017. p.86-102.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ª. Ed. BeloHorizonte: UFMG, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em 14 de out de 2018.

IPEA, **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. N. 23. Brasília: Ipea, 2015. (Capítulo 8: igualdade racial).

LOPES, Vera Neusa. “Racismo, Preconceito e Discriminação”. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro:Topbooks, 2005.

PORTUGAL, Roberta Rosa. O samba-reggae: uma afirmação do sagrado, cultural e político. **Odeere:** revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 2, número 3, volume 3, Janeiro – Junho de 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo.** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto. 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011: Os jovens do Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

_____. **Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.